



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 346, DE 2004

*Acrescenta incisos VII e VIII ao art. 1º da Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985 (Lei do Cheque), para dispor sobre o conteúdo do cheque.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 1º da Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

“**Art. 1º** .....  
.....

VII – a data de abertura da conta-corrente, impressa abaixo da linha de assinatura (mês/ano);

VIII – a data de abertura da primeira conta-corrente do emitente em qualquer banco ou instituição financeira, impressa abaixo da linha de assinatura (mês/ano).

..... (NR)”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

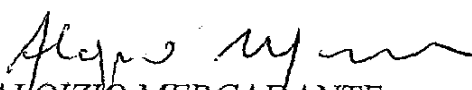
A Circular Bacen nº 2.989, de 2000, estabelece a impressão, no cheque, da data de abertura da respectiva conta-corrente, com o intuito de conferir maior credibilidade ao instituto do cheque.

No entanto, inúmeras são as situações em que correntistas de boa-fé são prejudicados pela aplicação dessa disposição. Uma delas é a de correntista que, por sua conveniência ou não, mude de agência bancária ou de instituição financeira ou, até mesmo, migre de uma Unidade da Federação para outra. Inclusive, de acordo com a legislação trabalhista, é usual que, ao mudar de emprego, o empregado seja compelido a abrir conta-corrente no banco e agência estipulados pelo empregador. Uma simples mudança de agência dentro da mesma instituição financeira implica definição de nova data. Portanto, a regra contida na referida circular tem um caráter discriminatório e extemporâneo, levando o correntista mais antigo a permanecer fiel ao seu banco e o inibe a buscar um banco mais competitivo em termos de serviços, tarifas, atendimento personalizado e melhores condições em geral.

Com a proposição que ora apresentamos pretendemos democratizar a relação existente entre banco e correntista, com vistas a conferir de escolha ao correntista e estimular a concorrência no setor bancário. Mantemos o disposto na referida circular mas agregamos, na impressão do cheque, a data de abertura da primeira conta do correntista em qualquer instituição do sistema financeiro.

Diante do exposto, conclamamos os ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei, que representará um benefício substancial para os correntistas e para o conjunto da sociedade brasileira.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 2001

  
Senador ALÓIZIO MERCADANTE

**LEI Nº 7.357, DE 2 DE SETEMBRO DE 1985.**

Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**Da Emissão e da Forma do Cheque**

**Art. 1º** O cheque contém:

I - a denominação "cheque" inscrita no contexto do título e expressa na língua em que este é redigido;

II - a ordem incondicional de pagar quantia determinada;

III - o nome do banco ou da instituição financeira que deve pagar (sacado);

IV - a indicação do lugar de pagamento;

V - a indicação da data e do lugar de emissão;

VI - a assinatura do emitente (sacador), ou de seu mandatário com poderes especiais.

Parágrafo único - A assinatura do emitente ou a de seu mandatário com poderes especiais pode ser constituída, na forma de legislação específica, por chancela mecânica ou processo equivalente.

**CIRCULAR 2.989**  
-----

**Altera normas relativas ao cheque.**

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 28 de junho de 2000, com base no item III da Resolução nº 885, de 22 de dezembro de 1983, e no art. 2º da Resolução nº 1.682, de 31 de janeiro de 1990,

**D E C I D I U:**

Art. 1º Introduzir as seguintes alterações nas Especificações do Modelo-Padrão de **Cheque**, constante do CADOC como modelo nº 38058-0, dentro do item 3 - Diagramação e Preenchimento dos Campos de Identificação do **Cheque**, título "NO ANVERSO":

I - na alínea "a", as definições do código de agência "AG" e do dígito verificador "C1" passam a vigorar com as seguintes redações:

"AG: código da agência sacada, representado por quatro posições;" (NR)

"C1: dígito verificador correspondente aos campos COMP, BANCO e AG, tomados nessa ordem, calculado com peso de 2 a 9, módulo 11 e 0 (zero) no resto 10;" (NR)

II - na alínea "c", o inciso III passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - À direita, devem ser impressas as linhas reservadas à indicação, pelo emitente, do local e da data de emissão do **cheque** e à respectiva assinatura, podendo, a critério da instituição, ser incluída a impressão da logomarca do cliente, a qual não pode atingir o espaço destinado à impressão de caracteres magnéticos, tanto o pré-marcado como o de pós-marcação, observado que abaixo da linha de assinatura devem ser impressos o nome do correntista, a data de abertura da conta de depósitos (mês/ano), o respectivo CPF ou CNPJ, o número, o órgão expedidor e a sigla da unidade da federação referentes ao documento de identidade constante da ficha-proposta de pessoas físicas, conforme indicado no 'Modelo de Preenchimento de Campos e Áreas do Anverso do **Cheque**', bem como que: (NR)

- no caso de conta conjunta, devem figurar, no mínimo, o CPF e os dados do documento de identidade do primeiro titular; (NR)

- no caso de conta de menor, devem figurar, no mínimo, o CPF e os dados do documento de identidade do responsável que o represente ou assista; (NR)

- no caso de conta de pessoa economicamente dependente, devem figurar, no mínimo, o CPF e os dados do documento de identidade do respectivo responsável;" (NR)

Art. 2º Fica alterado o art. 19 do Regulamento anexo à Resolução nº 1.631, de 24 de agosto de 1989, com a redação dada pela Resolução nº 1.682, de 31 de janeiro de 1990, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19. As ocorrências serão excluídas do Cadastro de Emitentes de **Cheques** sem Fundos:

a) automaticamente, após decorridos cinco anos da respectiva inclusão; (NR)

b) a pedido do estabelecimento sacado, ou por iniciativa do próprio executante, se comandada a inclusão por erro comprovado, hipótese em que a instituição, tão logo tenha conhecimento do fato, deve comandar a exclusão do CCF, sem ônus para o cliente;

c) a qualquer tempo, a pedido do estabelecimento sacado, desde que o cliente comprove junto a ele o pagamento que deu origem à ocorrência, e, nos casos de prática espúria, regularize o débito;

d) por determinação do Banco Central do Brasil."

Art. 3º Ficam alterados os itens 13, 14 e 15 da Circular nº 1.528, de 24 de agosto de 1989, que passam a vigorar com a seguinte redação:

a) registrar, no verso do **cheque**, em declaração datada, o código correspondente ao motivo da devolução, sendo que, no caso de **cheque** apresentado ao caixa, o registro deve ser feito com anuência do beneficiário; (NR)

b) manter registro da ocorrência no caso de **cheques** devolvidos pelos motivos 11 a 14, e providenciar a imediata comunicação ao emitente no caso de **cheques** devolvidos pelos motivos 12 a 14, com vistas à regularização da situação." (NR)

"14. Ao recusar o pagamento de **cheque** por motivo que enseje a inclusão de ocorrência no Cadastro de Emitentes de **Cheques** sem Fundos (CCF), tanto daquele transitado pelo Serviço de Compensação de **Cheques** e Outros Papéis (SCCOP), quanto do apresentado ao caixa, a instituição financeira deve:

a) providenciar a referida inclusão no prazo de quinze dias, contados da data de devolução do **cheque**;

b) manter à disposição do emitente, pelo prazo em que a ocorrência figurar naquele cadastro, cópia do **cheque** recusado, com vistas à comprovação da documentação a ser apresentada pelo mesmo para a respectiva exclusão." (NR)

"15. Admite-se a comprovação de que trata a alínea 'c' do art. 19 do Regulamento anexo à Resolução nº 1.631, de 24 de agosto de 1989, com a redação dada pela Resolução nº 1.682, de 31 de janeiro de 1990, mediante apresentação:

a) do **cheque** que deu origem à ocorrência;

b) do extrato de conta em que figure o débito relativo ao **cheque** que deu origem à ocorrência;

c) na impossibilidade de apresentação dos documentos citados nas alíneas 'a' e 'b', de declaração do beneficiário dando quitação ao débito, devidamente autenticada em tabelião ou abonada pelo banco endossante, acompanhada da cópia do **cheque** que deu origem à ocorrência, bem como das certidões negativas dos cartórios de protesto relativas ao **cheque**, em nome do emitente." (NR)

Art. 4º Para efeito do disposto no art. 25 do Regulamento anexo à Resolução nº 1.631, de 1989, com a redação dada pela Resolução nº 1.682, de 1990, as instituições financeiras depositárias de recursos em contas de depósitos à vista devem prestar as seguintes informações, no caso de **cheque** devolvido pelos motivos 11 a 14, 21, 22 e 31, mediante solicitação formal do interessado e observadas as demais condições previstas neste artigo:

I - nome completo e endereços residencial e comercial do emitente, conforme constarem da ficha-proposta;

II - o motivo alegado para a sustação ou revogação, no caso de **cheque** devolvido pelo motivo 21.

Parágrafo 1º As informações referidas neste artigo somente podem ser prestadas:

I - ao beneficiário, caso esteja identificado no **cheque**, ou a mandatário legalmente constituído;

II - ao portador, em se tratando de **cheque** para o qual a legislação em vigor não exija identificação do beneficiário e que não contenha referida identificação.

Art. 5º Fica alterado o art. 4º da Circular nº 2.655, de 17 de janeiro de 1996, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º No caso de **cheque** emitido por correntista de conta conjunta, devem ser incluídos no CCF os nomes e os respectivos números de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de todos os titulares dessa conta, acrescentando-se o tipo de conta corrente." (NR)

Art. 6º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, admitindo-se que os procedimentos operacionais relacionados ao cumprimento do disposto nos arts. 1º, 2º e 5º sejam implementados até 28 de setembro de 2000.

Art. 7º Ficam revogadas a Circular nº 1.825, de 16 de outubro de 1990, e a Carta-Circular nº 1.049, de 12 de julho de 1984.

Brasília, 28 de junho de 2000

Sérgio Darcy da Silva Alves  
Diretor

Obs.: retransmitida em função de incorreção na alínea "b", do item 14 da Circular nº 1.528, alterado pelo art. 3º

Publicado no Diário do Senado Federal em 01/12/2004